



NOTA INFORMATIVA

Panorama Macroeconômico de março de 2026

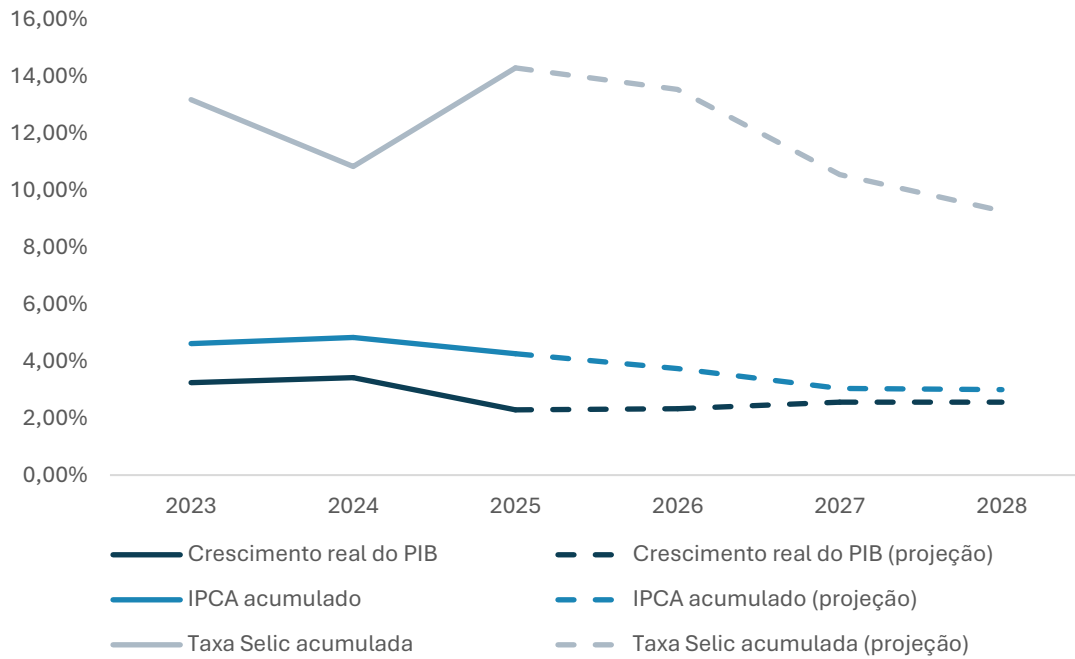
Data de elaboração:
17/03/2026

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda publicou, na última sexta-feira (13/03), o Panorama Macroeconômico de março de 2026. Entre as informações apresentadas, destacam-se:

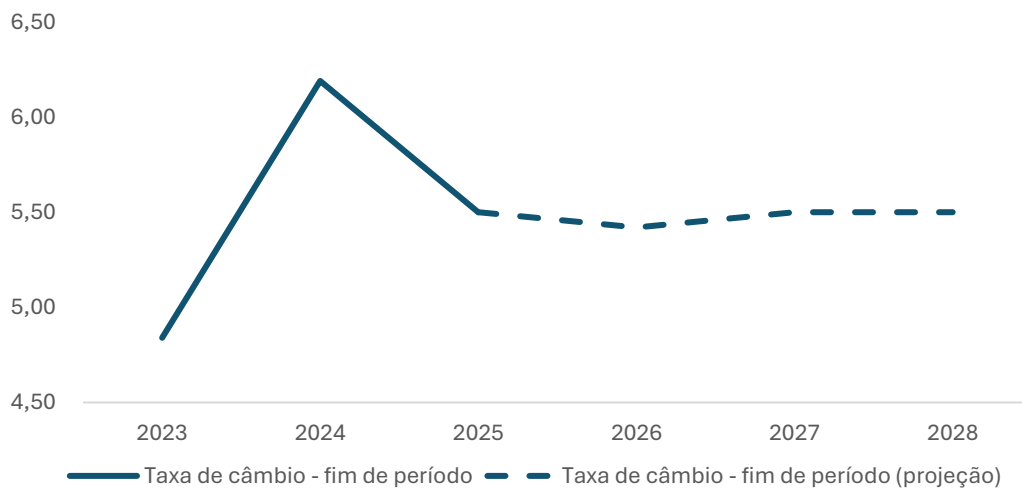
- A projeção de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2026 foi levemente aumentada, de 2,25% para 2,33%;
- A projeção da taxa de inflação acumulada para 2026 também traz leve aumento, de 3,63% para 3,74%, acima da meta de 3,00%, mas dentro da margem superior da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,50%;
- Quanto ao câmbio (R\$/US\$), as projeções indicam taxa média de R\$ 5,32 para o ano de 2026 e taxa de R\$ 5,42 para o mês de dezembro deste ano;
- Projeta-se taxa Selic de 11,90% ao final de 2026. Para o acumulado do ano, a projeção é de 13,53%. O patamar atual é de 15,00%;
- Aponta-se um aumento da população ocupada de 2,61% no ano de 2026;
- A previsão de variação da massa salarial real para 2026 foi reduzida de 6,40% para 6,35%. Ademais, também houve redução da variação percentual estimada do rendimento médio real, de 3,69% para 3,65%;
- A balança comercial apresentou superávit de US\$ 61,85 bilhões no acumulado dos últimos 12 meses (tendo janeiro/2026 como mês de referência) e superávit de US\$ 3,51 bilhões apenas no mês de janeiro;
- A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 64,98% do PIB em janeiro de 2026. Enquanto isso, a taxa de juros implícita da DLSP, acumulada em 12 meses, com referência a janeiro/2026, foi de 14,08%.

Gráfico 1 – PIB, IPCA e Taxa Selic



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Panorama Macroeconômico – março/2026.

Gráfico 2 – Taxa de câmbio (R\$/US\$)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Panorama Macroeconômico – março/2026.

Além disso, cabe sintetizar os principais indicadores referenciados nos informativos, conforme apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Principais Indicadores - março/2026

Parâmetro	2026		2027		2028	
	Panorama Macro. – Mar/2026	Expectativas de Mercado	Panorama Macro. – Mar/2026	Expectativas de Mercado	Panorama Macro. – Mar/2026	Expectativas de Mercado
Crescimento real do PIB (%)	2,33	1,83	2,56	1,80	2,56	2,00
População Ocupada (Variação %)	2,61	-	3,89	-	4,14	-
Taxa de desocupação - fim de período (%)	5,40 ⁽¹⁾	5,60	-	6,05	-	6,50
Crescimento real da massa salarial (%)	6,35	-	7,66	-	7,86	-
Crescimento real do rendimento médio (%)	3,65	-	3,62	-	3,57	-
IPCA acumulado (%)	3,74	4,10	3,04	3,80	3,00	3,50
INPC acumulado (%)	3,76	3,97 ⁽⁴⁾	3,06	3,90 ⁽⁴⁾	3,00	-
IGP-DI (acumulado %) ⁽²⁾	4,90	3,40	4,00	4,00	3,80	3,83
Taxa Selic – acumulada no ano (% a.a.)	13,53	-	10,55	-	9,27	-
Taxa Selic – fim do período (% a.a.)	11,90	12,25	9,65	10,50	8,90	10,00
Taxa de câmbio - média (R\$/US\$)	5,32	-	5,47	-	5,45	-
Taxa de câmbio - fim do período (R\$/US\$)	5,42	5,40	5,50	5,47	5,50	5,50
Saldo da balança comercial (em bilhões de US\$)	61,85 ⁽³⁾	69,56	-	72,85	-	74,00
Saldo em transações correntes (em bilhões de US\$)	-67,55 ⁽³⁾	-67,40	-	-65,00	-	-64,05
Resultado Primário do Setor Público (% PIB)	-0,4 ⁽³⁾	-0,50	-	-0,41	-	-0,26
Resultado Primário do Governo Central (% PIB)	-0,5 ⁽³⁾	-	-	-	-	-
Dívida Líquida do Setor Público – DLSP (% PIB)	65,00 ⁽¹⁾	70,00	-	73,80	-	76,43
Dívida Bruta do Governo Geral – DBGG (% PIB)	78,80 ⁽¹⁾	83,60	-	87,00	-	89,65

Fonte: Panorama Macroeconômico e Prisma Fiscal, de março/2026; Sistema de Expectativas de Mercado – Banco Central do Brasil (dados de 13/03/2026). Elaboração própria.

(1) Valores referentes a janeiro/2026 para Taxa de Desocupação, DLSP e DBGG.

(2) Para as Expectativas de Mercado foram utilizadas as projeções do IGP-M.

(3) Saldo acumulado nos últimos 12 meses, tendo como referência janeiro/2026.

(4) Medianas com base nas previsões anuais do Prisma Fiscal de março/2026.

2. CENÁRIOS MACROECONÔMICO E FISCAL

2.1. Atividade econômica

Em 2025, a atividade econômica brasileira, embora tenha registrado crescimento, desacelerou em relação a 2024. Os resultados do quarto trimestre de 2025 mostram que o PIB a preços de mercado cresceu 2,29% no acumulado anual, ante 3,42% em 2024. Setorialmente, o principal destaque foi a agropecuária, que saiu de retração de 3,7% em 2024 para expansão de 11,7% em 2025. Por outro lado, a indústria cresceu 1,4% em 2025, após alta de 3,1% no ano anterior, enquanto os serviços também desaceleraram, de 3,8% para 1,8%.

Para 2026, conforme o Panorama Macroeconômico, a SPE projeta crescimento de 2,33% para o PIB, patamar similar ao de 2025. A composição setorial, contudo, tende a se alterar. Segundo a nota da SPE que acompanhou a atualização da grade de

parâmetros de março, espera-se forte desaceleração da agropecuária, cujo crescimento deve recuar para cerca de 1,2%, após safra recorde em 2025. Em contrapartida, a indústria deve registrar crescimento de 2,2%, ao passo que o setor de serviços tem um crescimento esperado de 2,4%, favorecidos pela perspectiva de redução gradual da taxa básica de juros, continuidade da desinflação e melhora parcial das condições de absorção doméstica.

Na margem, a expectativa para o primeiro trimestre de 2026 é relativamente favorável. Segundo a SPE, o PIB deverá registrar expansão de 1% frente ao trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal. Para esse resultado, concorrem sobretudo a manutenção da produção agropecuária ainda elevada e o estímulo ao consumo decorrente da entrada em vigor da redução do imposto de renda para a população de menor renda – instituído pela Lei nº 15.270/2025. Contudo, o cenário esperado para o restante do ano é compatível com a desaceleração gradual do ritmo de crescimento, após o impulso inicial observado no primeiro trimestre.

2.2. Emprego e renda

Em 2025, o mercado de trabalho manteve desempenho favorável, ainda que com sinais de acomodação em relação a 2024. Houve continuidade da queda da taxa de desocupação, que atingiu patamar historicamente baixo, enquanto a população ocupada seguiu em expansão. Nesse sentido, 2025 registrou uma taxa de desocupação média de 5,9%, ante 6,9% em 2024. A população ocupada, por sua vez, cresceu 1,1% entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025. Não obstante, o ritmo de geração de empregos perdeu fôlego ao longo do ano, de modo que a criação líquida de vagas – 1,27 milhão em 2025 – ficou abaixo da observada em 2024 – 1,68 milhão.

Para 2026, as projeções da SPE seguem apontando para um mercado de trabalho ainda resiliente, mas menos aquecido do que em 2025. A taxa de desocupação registrada em janeiro de 2026 foi de 5,4%. Assim, a expectativa é de continuidade da expansão da população ocupada, mas em ritmo mais moderado: em 2026, o crescimento deve ser de 2,61%, enquanto 2025 registrou um crescimento de 3,18% no indicador. Outrossim, a massa salarial real deve continuar crescendo, registrando expansão de 6,35%, amparada pela elevação do rendimento médio real, de 3,65%, e pelo nível ainda elevado de ocupação. Assim, projeta-se que emprego e renda continuem contribuindo positivamente para a atividade econômica em 2026, mas com menor intensidade do que o ano precedente.

2.3. Inflação

No que diz respeito ao quadro inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado foi de 3,81% nos últimos doze meses (com referência a fevereiro/2026), sendo de 1,03% o IPCA acumulado somente no ano de 2026. Tal



redução do IPCA foi puxada principalmente pela queda dos preços de bens industriais e de serviços. A inflação de monitorados também deve cair, beneficiada não apenas pela perspectiva favorável esperada para os preços de combustíveis como também pela expectativa de menores reajustes para as tarifas de energia elétrica e jogos de azar, além da deflação em emplacamento e licença.

Em contrapartida, para os preços de alimentos espera-se aceleração. Para tal devem contribuir a alternância de eventos climáticos ao longo de 2026, afetando principalmente a dinâmica dos preços de alimentos *in natura*; a menor oferta de carne bovina devido à retenção de fêmeas no Brasil e nos Estados Unidos e à abertura de novos mercados, apesar do embargo chinês; e a perspectiva de menor produção de alguns produtos semielaborados (arroz, trigo e derivados, principalmente) e *in natura* (como tomate e batata).

Por sua vez, a revisão da projeção do IPCA a maior para 2026, de 3,63% para 3,74%, ainda dentro da margem superior do intervalo de tolerância da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN (4,50%), está refletida, embora com menos intensidade, pelos impactos do aumento dos preços do petróleo decorrentes do conflito no Oriente Médio. Para os anos posteriores (2026 a 2028), há tendência de redução do IPCA, esperando-se convergência ao centro da meta a partir de 2027.

Com relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a projeção para o final de 2026 apresentou leve subida, de 3,66% para 3,76%, também em virtude dos impactos da referida Guerra, mas ainda sim seguindo tendência geral de queda, similar à do IPCA, nos anos posteriores. Enquanto isso, o acumulado do INPC em doze meses foi de 3,36%, sendo de 0,95% o acumulado somente no ano de 2026, ambos os dados com referência a fevereiro/2026.

Quanto ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), houve deflação na variação acumulada em doze meses, de -2,90%, sendo de -0,64% o acumulado apenas no ano de 2026, na data-base de fevereiro/2026. Apesar disso, houve revisão da projeção de aumento ao final de 2026, de 4,60% para 4,90%, na contramão do IPCA e do INPC, considerando que o IGP-DI é mais sensível aos impactos do choque nos preços do petróleo, por conter em sua cesta também itens de atacado, como produtos da indústria extrativa, derivados de petróleo e produtos químicos, inclusive fertilizantes, cuja expectativa é de aumento até o final deste ano.

2.4. Taxa de juros e mercado de crédito

Em reunião realizada no dia 28/01/2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa básica de juros em 15,00%. Contudo, o Panorama Macroeconômico estima uma taxa Selic de 11,90% para dezembro/2026, enquanto o valor acumulado para 2026 é projetado em 13,53%. Para dezembro/2027, a taxa projetada é de 9,65%,

com um acumulado anual de 10,55%. Já para 2028, a previsão é de 8,90% em dezembro, tendo um valor acumulado de 9,27% ao longo do ano. Quanto às novas concessões de crédito, no ano de 2026, até o final do mês de janeiro, registrou-se um aumento de 0,7%. Por sua vez, o total de crédito cresceu 10,3% entre dezembro/2024 e dezembro/2025, embora esse mesmo total tenha sido reduzido em 0,2% entre dezembro/2025 e janeiro/2026.

2.5. Cenário externo e comércio exterior

No cenário internacional, a avaliação da SPE, contida no Balanço macrofiscal de 2025, é de que o crescimento global em 2025, de 3,3%, se mostrou resiliente, apesar da persistência de tensões geopolíticas e comerciais. Destaca-se que a atividade mundial foi sustentada pela antecipação de fluxos de comércio diante das novas tarifas, pela adaptação das cadeias produtivas, pela expansão dos investimentos associados à difusão da inteligência artificial e pela desaceleração da inflação em diversas economias. A expectativa é de que, em 2026, o crescimento econômico global mantenha-se em ritmo próximo ao observado em 2025, de 3,3%, com leve aquecimento da atividade nas economias avançadas e desaceleração moderada nas economias emergentes.

O cenário brasileiro, por sua vez, foi marcado pela deterioração relativa das contas externas, apresentadas no Panorama Macroeconômico: exportações brasileiras somaram US\$ 350,50 bilhões em 2025, alta de 3,1% frente a 2024, enquanto as importações atingiram US\$ 290,77 bilhões, crescimento de 6,1%. Como resultado, o superávit da balança comercial recuou de US\$ 65,84 bilhões em 2024 para US\$ 59,73 bilhões em 2025. No mesmo sentido, o déficit em transações correntes aumentou de US\$ 66,17 bilhões para US\$ 69 bilhões, mantendo-se, contudo, em torno de 3% do PIB. Em 2026, os dados mais recentes sugerem alguma melhora: em janeiro de 2026, o déficit em transações corrente acumulado nos últimos 12 meses recuou para US\$ 67,55 bilhões, ao passo que o saldo da balança comercial, na mesma base, registrou US\$ 61,85 bilhões.

Adicionalmente, a atualização da grade de parâmetros de março da SPE incorporou os efeitos no cenário para o petróleo decorrentes da intensificação do conflito no Oriente Médio. A cotação média esperada do Brent em 2026 passou de US\$ 65,97 para US\$ 73,09 por barril, ao passo que a projeção de câmbio médio para o ano recuou de R\$/US\$ 5,43 para R\$/US\$ 5,32. Segundo a nota técnica da SPE, esse choque, no cenário usado como referência na grade de parâmetros, tende a elevar o superávit comercial brasileiro em cerca de US\$ 2,5 bilhões em 2026, produzir apreciação cambial de 1,1%, crescer 0,1 p.p. ao crescimento do PIB e aumentar a inflação ao consumidor em 0,14 p.p.



2.6. Contas públicas

No que tange às principais variáveis fiscais extraídas dos relatórios da SPE, nos últimos 12 meses (tendo janeiro como mês de referência), o resultado primário do governo central alcançou -0,48% do PIB (-R\$ 59,85 bilhões), pelo critério acima da linha. Embora o Tesouro Nacional, nesse período, tenha apresentado superávit de R\$ 258,33 bilhões (2,0% do PIB), o déficit da Previdência Social (-R\$ 318,19 bilhões ou -2,5% do PIB) pressiona o resultado do Governo Central para baixo.

Tal resultado apresenta leve melhora em relação ao realizado em dezembro/2025. Para 2026, a expectativa é de continuidade do processo de consolidação de melhora do cenário fiscal, iniciado ainda em 2024, uma vez que o realizado (acumulado em 12 meses) continua em ritmo decrescente: de -R\$ 67,56 bilhões em outubro/2025 para -R\$ 61,69 bilhões em dezembro/2025. Esse quadro de melhora reflete uma reversão de expectativa de elevação de déficit para redução gradual desse déficit, isto é, passando de -R\$ 95,34 bilhões (julho/2024) para -R\$ 72,11 bilhões (julho/2025), movimento esse que pode ser explicado pelo aumento das expectativas para a arrecadação federal, bem como para a receita líquida. Ressalta-se, porém, que tal projeção somente permanecerá acima do limite inferior da meta de resultado primário (-R\$ 30,97 bilhões) devido à compensação de valores legalmente excluídos para a aferição da meta (R\$ 48,68 bilhões), perfazendo um déficit líquido de R\$ 13,01 bilhões (-0,1% do PIB).

Por outro lado, os boletins preveem uma meta de resultado primário do setor público consolidado de 0,25% do PIB para 2026. Na sequência, é esperado saldo primário positivo de 0,50%, para 2027. Apesar disso, as expectativas de mercado apontam tendências de déficits primários equivalentes a 0,50% do PIB e de 0,40% do PIB para 2026 e 2027, respectivamente.

Como decorrência da projeção de melhora do resultado primário e da então revisão para cima do PIB nominal em 2025, e após um período de previsões elevadas desse indicador entre maio e dezembro/2024, houve reversão da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), a qual marcou quedas sucessivas desde dezembro/2024, passando de 76,5% do PIB para 76,1% do PIB em maio/2025. No entanto, os meses de setembro e dezembro/2025 foram marcados por aumentos sucessivos da DBGG para 78,1% do PIB e 78,7% do PIB, respectivamente, puxados especialmente pelas piores da taxa acumulada de crescimento do PIB e da taxa de juros implícita nos últimos meses de 2025.

Da mesma forma, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) experimentou aumento nos últimos meses, tendo atingido 65,26% do PIB em dezembro/2025 contra 64,79% do PIB em setembro/2025. Segundo expectativas do mercado, tal indicador deve chegar a

70,0% do PIB ao final deste ano, mantendo-se em trajetória ascendente em 2027 e em 2028, perfazendo 73,8% do PIB e 76,43% do PIB, respectivamente.

3. CONSIDERAÇÕES DA CONORF

No que se refere à atividade econômica, o quadro delineado para 2026 sugere continuidade da desaceleração cíclica, ainda que o PIB se mantenha em expansão. Os dados de 2025 mostraram elevação do PIB concentrada em componentes específicos da oferta, sobretudo na agropecuária, ao passo que indústria e serviços perderam força em relação a 2024. Nesse contexto, a projeção de 2,33% de crescimento do PIB em 2026 embute certa recomposição setorial, com menor contribuição da agropecuária e maior participação dos demais setores. Nota-se, também, que as projeções de crescimento para 2026 apoiam-se, em grande medida, na expectativa de crescimento econômico elevado no primeiro trimestre do ano, sendo que o restante do ano não deve registrar o mesmo ritmo de expansão econômica. As expectativas de mercado apresentadas no Relatório Focus, por sua vez, são mais cautelosas: a mediana da expectativa de crescimento do PIB é de 1,83% em 2026 e de 1,80% em 2027, valor inferior ao ritmo projetado pela SPE.

No mercado de trabalho e na renda, os indicadores seguem apontando resiliência, mas já em contexto menos aquecido do que o observado nos anos anteriores. A taxa de desocupação permanece em nível historicamente baixo, o rendimento médio real e a massa salarial continuam crescendo, e isso tende a sustentar o consumo das famílias no curto prazo. Não obstante, a desaceleração da atividade deve repercutir sobre emprego e renda. Em particular, a menor intensidade na criação de postos formais sugere que o mercado de trabalho pode estar deixando de atuar como fator de aceleração do crescimento econômico. Refletindo esse cenário, o Relatório Focus registra expectativas de crescimento da taxa de desocupação para os próximos anos, devendo encerrar 2026 no patamar de 5,6% e 2027 no patamar de 6,05%.

Quanto ao cenário externo e ao comércio exterior, o quadro permanece relativamente favorável para o Brasil, mas menos confortável do que uma leitura superficial do saldo da balança comercial poderia sugerir. De um lado, as contas externas seguem registrando superávits comerciais ainda elevados. De outro, esses superávits sofreram piora ao longo do último ano, bem como o saldo em transações correntes, quadro que é também dependente dos preços das *commodities* no mercado internacional, o que o torna mais sensível a choques internacionais. Nesse ponto, contudo, destaca-se que a alta do preço do petróleo – decorrente do acirramento dos conflitos no Oriente Médio – tende, em princípio, a beneficiar o Brasil, devido à sua condição de exportador líquido de petróleo e derivados, elevando o saldo comercial e favorecendo o câmbio. Corroborando essa tendência, o Relatório Focus sinaliza



melhora nas contas externas, projetando, para 2026, elevação do superávit comercial ao patamar de US\$ 69,56 bilhões e redução do déficit em transações correntes para US\$ 67,4 bilhões.

Por sua vez, a expectativa de inflação permanece baixa, embora tenha apresentado percentuais crescentes entre os últimos dois relatórios, pontualmente provocados em virtude dos efeitos do choque de petróleo decorrente da Guerra no Oriente Médio. A projeção de 3,74% para o IPCA acumulado para 2026 está alinhada com a perspectiva de mercado registrada no Relatório Focus, consolidando-se na margem superior do teto da meta definida pelo CMN (4,5%), o que evidencia uma descontinuidade da pressão inflacionária que persistia desde o ano passado. Tal movimento de desaceleração coaduna com a expectativa anterior de que a subida tenderia a se estabilizar a partir do início do segundo semestre de 2025 e com a projeção de que, de 2026 até o final de 2028, o IPCA e o INPC voltem a caminhar em direção ao centro da meta (3,0%), conforme previsão do Boletim MacroFiscal de dezembro/2025.

Apesar desse contexto de alívio inflacionário, o Copom manteve a taxa básica de juros em 15,0%, sinalizando, porém, para a próxima reunião do colegiado, no dia 17/03/2026, a possibilidade de queda da referida taxa, em linha com as quedas sucessivas do IPCA, que aproxima a inflação do centro da meta. De outro modo, como decorrência da manutenção da taxa Selic em nível elevado, o mercado de crédito demonstrou certo enfraquecimento entre dezembro/2025 e janeiro/2026, por meio de leve queda percentual do total de concessões de crédito. Contudo, as novas concessões de crédito ainda continuam em ritmo crescente, apesar da taxa Selic elevada, o que pode ser motivado pela melhoria dos indicadores de emprego e pelo estímulo ao consumo decorrente da entrada em vigor da redução do imposto de renda para a população de menor renda – instituído pela Lei nº 15.270/2025.

No que diz respeito às contas públicas, os dados demonstram, em geral, um quadro ambíguo dos indicadores fiscais. Isso porque, em relação ao resultado primário, tanto o consolidado do setor público quanto o do governo geral, no acumulado de 12 meses, vem apresentando uma melhora gradual desde julho/2024, de modo que a projeção até o final de 2025 aproxima-o do limite inferior da meta (-0,25% do PIB ou -R\$ 30,97 bilhões). Tal melhora nos indicadores de resultado primário ao longo desse período deveu-se principalmente ao esforço na arrecadação das receitas federais e da receita líquida do governo central, assim como à perda de intensidade no aumento dos gastos federais, a partir do segundo semestre de 2024. Entretanto, ressalta-se que o limite inferior da meta tende a se tornar alcançável apenas por meio da exclusão de valores legalmente previstos, no valor de R\$ 48,68 bilhões. Todavia, o mercado, que não considera em suas previsões a compensação dos precatórios e de outros valores no



cálculo, estima a persistência do déficit primário em patamar médio de 0,39% do PIB entre 2026 e 2028.

Em contrapartida, apesar da melhora no resultado primário desde julho/2024, que, até dado momento, se refletiu na atenuação do impacto na trajetória da dívida pública (DLSP e DBGG), pelo fato de a DBGG ter apresentado queda suave (-0,4%) e a DLSP ter reduzido a intensidade de elevação (0,5%), referentes ao comparativo de dezembro/2024 a maio/2025, ambos os indicadores de dívida esboçam uma reversão da expectativa de queda com aumentos mais significativos. De julho/2025 a setembro/2025, a DLSP experimentou aumento de 1,1% (64,8% do PIB) e a DBGG, aumento de 0,5% (78,1% do PIB). Na mesma linha, de setembro/2025 a janeiro/2026, enquanto a DLSP passou para 64,98% do PIB (aumento de 0,18%), a DBGG alcançou 78,75% do PIB (aumento de 0,65%). Tais elevações sucessivas decorrem principalmente de aumentos anteriores das taxas de juros implícitas, pressionadas pelas elevações consecutivas da taxa Selic, e da queda na expectativa da taxa de crescimento econômico desde o fim de 2025. Apesar desse cenário negativo dos indicadores de dívida, observa-se que eventual queda da taxa Selic até o final de 2026 poderá manter relativamente constantes ou até reduzir os níveis das taxas de juros implícitas, o que, por conseguinte, tende a estancar os movimentos mais intensos da DLSP e da DBGG verificados desde julho/2025, e estabelecer um ponto inicial de desaceleração da trajetória de aumento da dívida.

4. REFERÊNCIAS

- Panorama Macroeconômico:
https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/panorama-macroeconomico/2026/panmacro_spe_slides_marco2026.pdf
- Balanço macrofiscal de 2025 e perspectivas para 2026:
https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/boletim-macrofiscal/2025/balanco_macrofiscal_2025.pdf
- Atualizações da grade de parâmetros de março e estimativas preliminares de impactos do conflito no Oriente Médio na economia brasileira:
https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2026/nota_grademarco_vff.pdf
- Prisma Fiscal:
https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2026/relatorio_mensal_marco_2026.pdf/view
- Boletim Focus:
<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260313.pdf>
- Banco Central do Brasil – Estatísticas Fiscais:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

- Banco Central do Brasil – Estatísticas do Setor Externo:
<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>
- Publicações da Conorf:
<https://www12.senado.leg.br/orcamento/estudos-orcamentarios>

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF
Consultor-Geral: Flávio Diogo Luz
<http://www.senado.leg.br/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | conorf@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA: Eduardo Jacomo Seraphim Nogueira, Guilherme Knust Sad, Jonathan Meireles de Aguiar, José Eduardo Gonçalves de Sousa, Marcos Felipe de Almeida Martins, Murilo Hinojosa de Sousa, Neide Aparecida Archanjo de Carvalho, Ricardo Bioni Liberalquino.